

12/09/2001

Brasil – Memorando de Política Econômica

1. O Brasil completou com êxito sete avaliações do Acordo Stand-By (SBA) de três anos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo em 2 de dezembro de 1998. A continuada e bem sucedida implementação do programa do governo contribuiu para manter a estabilidade econômica revigorar o crescimento econômico promover melhorias nos indicadores sociais e reforçar a rede de segurança social.

2. Entretanto desde a conclusão da última avaliação do programa em 28 de março de 2001 a economia brasileira vem sendo impactada por choques externos e internos temporários especificamente a deterioração do ambiente externo e a crise energética doméstica que deverão ter efeitos negativos sobre o nível de atividade econômica e o balanço de pagamentos no restante do ano. Esses choques levaram o governo a tomar uma série de medidas incluindo uma política monetária mais rígida visando enfrentar as implicações inflacionárias dos choques ocorridos a adoção de uma postura mais pró-ativa pelo Banco Central no mercado cambial e um aperto significativo da política fiscal em 2001 2002 e a médio prazo. Além disso a crise energética levou o governo a implementar um programa de redução do consumo de energia no país e um conjunto de medidas para acelerar investimentos no setor energético. Em apoio a essas iniciativas o governo tomou a decisão de cancelar o atual Acordo Stand-By e solicitar um novo SBA para vigorar até dezembro de 2002.

Desempenho Recente da Economia Brasileira

3. A economia manteve forte desempenho no início de 2001 mas os indicadores mais recentes apontam para uma desaceleração da atividade econômica. O crescimento econômico registrou média de 4,5% nos 12 meses findos em março de 2001 liderado pela indústria que cresceu 4,9% no período. A demanda de investimento permaneceu firme no primeiro semestre de 2001 no qual a produção de bens de capital aumentou 17% em comparação com igual período de 2000. Porém o aumento das incertezas a respeito do ambiente externo e interno e o necessário aperto da política monetária tiveram impactos no ritmo de atividade econômica no 2º trimestre. A produção industrial mensal sazonalmente ajustada declinou 5,3% no acumulado do quadrimestre março-junho e as vendas no varejo diminuíram significativamente em maio e junho em comparação com o nível registrado no primeiro quadrimestre do ano.

4. As condições do mercado de trabalho continuam a melhorar. A criação de novos postos de trabalho continua embora haja indícios de desaceleração. O emprego médio no período janeiro-junho de 2001 foi 1,5% superior ao do primeiro semestre de 2000 nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de emprego no setor formal em junho foi 3,9% mais elevado do que um ano antes tendo sido criados 293 mil novos postos de trabalho. O desemprego continua a diminuir embora a ritmo mais lento: a taxa de desemprego caiu 1 ponto percentual nos 12 meses terminados em junho de 2001 registrando 6,4% da população economicamente ativa em comparação com a queda de 1,9 ponto percentual verificada nos 12 meses findos em janeiro de 2001.

5. A crise energética foi desencadeada pelos mais baixos níveis de precipitação já registrados que afetaram a produção das usinas hidrelétricas — responsáveis por cerca de 90% da oferta de energia no país — e pelo quadro regulatório que não proporcionou incentivos suficientes para o investimento privado. Em reação à crise o governo anunciou uma série de medidas para lidar com o desequilíbrio de curto prazo reduzindo a demanda e aumentando a oferta em caráter emergencial e para incrementar a capacidade geradora a médio prazo. O plano de redução do consumo de energia implantado em junho de 2001 — a principal medida do lado da demanda — visa reduzir a demanda de energia elétrica por meio de uma combinação de incentivos de preço e penalidades por excesso de consumo. Esse plano tem tido êxito até o momento tendo recebido amplo apoio dos consumidores residenciais e comerciais: a meta de redução de 20% no consumo em junho foi atingida

reduzindo a probabilidade de interrupções no fornecimento de energia no futuro próximo. No que tange à oferta o governo está promovendo mecanismos de mercado para a compra e venda de cotas de consumo energético entre empresas que possibilitarão uma alocação mais racional da eletricidade e deverão abrandar o impacto negativo da crise de energia na atividade econômica. Para aumentar o abastecimento de energia elétrica a curto prazo o governo está também estudando a possibilidade de arrendamento de usinas termelétricas móveis. Com vistas a aumentar a oferta de forma permanente o governo anunciou planos para 2001-03 que acelerarão os investimentos em usinas hidrelétricas e termelétricas instalações de geração compartilhada e energia eólica. Nesses planos está previsto que o setor privado será responsável por mais de dois terços do investimento total de R\$ 31 bilhões. As medidas em curso para melhorar o quadro regulatório deverão facilitar esses investimentos.

6. Em 2001 a inflação ultrapassou os níveis previstos refletindo principalmente o impacto dos aumentos dos preços do grupo “alimentação” e dos preços administrados bem como a transmissão da desvalorização cambial para os preços. Em junho a variação da taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (IPCA) registrou 7,3% ligeiramente acima do nível de 6,9% que exigiria consultas informais com o corpo técnico do FMI nos termos do SBA em vigor. A inflação ao consumidor acumulada no primeiro semestre de 2001 contra o teto de 6% programado pelo governo para o ano; cerca de 24% do aumento (0,7 ponto percentual) representa os reajustes dos preços administrados (tarifas de eletricidade telecomunicações e transportes e preços dos derivados de petróleo). Aproximadamente 38% do aumento (1,11 ponto percentual) é atribuído à transmissão da desvalorização cambial aos preços administrados e em outros preços.

7. O governo continua a reajustar os preços administrados. A partir de 6 de julho os preços de venda dos derivados do petróleo no atacado foram reajustados em conformidade com a fórmula adotada para o reajuste trimestral a qual se baseia na variação da taxa de câmbio e nas cotações do petróleo no mercado internacional. Esse mecanismo reforça a transparência e a previsibilidade resultando em maior credibilidade do mecanismo de reajuste.

8. O saldo da conta corrente do balanço de pagamentos no período janeiro-junho de 2001 manteve-se dentro das expectativas registrando déficit de US\$ 13,4 bilhões — contra US\$ 11,2 bilhões no mesmo período de 2000 — devido à deterioração da balança comercial e ao aumento dos pagamentos de juros e das remessas de lucros e dividendos. A deterioração da balança comercial ocorreu a despeito do forte desempenho das exportações. No período janeiro-junho de 2001 as exportações de mercadorias aumentaram 12% em volume comparadas com o mesmo período de 2000 mas as importações aumentaram 18% no mesmo semestre refletindo em parte o forte crescimento das importações de bens de capital. O superávit da balança comercial até julho de 2001 foi inferior a US\$ 0,1 bilhão contra o superávit de US\$ 0,9 bilhão registrado nos sete primeiros meses de 2000.

9. A conta de capitais do balanço de pagamentos mostrou bom desempenho apesar da queda dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). O IDE líquido foi de US\$ 12 bilhões em janeiro-junho de 2001 (contra US\$ 13 bilhões no mesmo período do ano anterior) representando 90% do déficit em conta corrente. O investimento líquido em carteira foi inferior ao do mesmo período de 2000. Entretanto o Brasil continua a ter boas condições de acesso ao mercado internacional de bônus soberanos ao qual recorreu seis vezes no corrente ano captando um total de US\$ 6,7 bilhões; a última emissão expressa em ienes e equivalente a US\$ 1,6 bilhão teve sua colocação concluída em fins de julho com spread médio de 358 pontos-base sobre a LIBOR do iene. Para efeito de comparação o valor das amortizações externas do governo central em 2001 é de US\$ 4,1 bilhões.

10. O governo continua a manter contatos frequentes e construtivos com a comunidade internacional de investidores. Uma ampla gama de informações econômicas é disponibilizada em formato acessível aos usuários tanto pela Internet quanto em boletins emitidos periodicamente por diversas unidades do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Essas informações incluem atualizações diárias das reservas internacionais e das intervenções do Banco Central no mercado cambial detalhes mensais dos resultados fiscais (incluindo dados sobre a gestão da dívida) e relatórios mensais sobre o balanço de

pagamentos. Além disso o governo vem promovendo uma série de road shows conferências telefônicas e outros tipos de comunicação com profissionais do mercado relacionados ou não com operações específicas. O Grupo de Comunicação Institucional com Investidores (GCI) instituído no Banco Central vem atuando desde abril de 1999 na tentativa de melhorar os canais de comunicação com investidores e analistas e aumentar a transparência das políticas especialmente as do Banco Central. Seus relatórios são distribuídos por correio eletrônico a cerca de 13 400 destinatários em mais de 60 países. O GCI está encarregado de proporcionar informações detalhadas sobre a economia aos titulares dos bônus soberanos brasileiros cumprindo assim com os requisitos de “disclosure” de diversos países. O GCI também realiza encontros periódicos com os investidores tanto no Brasil como no exterior. O Banco Central criou também uma unidade responsável pelas relações com as agências de classificação de risco com a tarefa de facilitar o acesso dessas agências a informações e análises da economia brasileira o que se dá por meio de contatos freqüentes entre os técnicos do BCB e das agências assim como pela organização de reuniões de analistas das agências com formuladores chaves de políticas econômicas políticos e outros observadores do cenário econômico e político brasileiro.

11. Tendo em vista o ambiente externo adverso em junho o governo anunciou iniciativas para fortalecer as perspectivas de financiamento do balanço de pagamentos para o resto do ano mediante a obtenção de recursos adicionais. Essas iniciativas envolvem a venda de ações de propriedade do governo de empresas públicas e empresas de controle privado no total estimado de US\$ 3 8 bilhões (cerca de US\$ 650 milhões foram captados em julho pela venda de ações da Petrobrás a empresa de petróleo na qual o governo detém participação majoritária) novas emissões de Bônus da República e do BNDES operações de gestão de passivos e um saque de US\$ 2 bilhões efetuado em 28 de junho nos termos do SBA aprovado em dezembro de 1998.

12. As reservas internacionais brutas que se encontravam em US\$ 34 4 bilhões ao final de março aumentaram para US\$ 35 6 bilhões ao final de julho. Em fins de junho as reservas internacionais líquidas medidas nos termos do programa eram de US\$ 32 1 bilhões ou seja US\$ 7 1 bilhões acima do piso estabelecido no atual SBA.

13. Ao final de maio a dívida externa total era de US\$ 239 bilhões (41 7% do PIB estimado) — mantendo-se o total basicamente no mesmo nível do final de 2000 — ; o componente correspondente ao setor público também permaneceu estável em US\$ 92 bilhões. O componente de curto prazo da dívida externa medido com base nos prazos originais de vencimento diminuiu de US\$ 30 bilhões no final de 2000 para US\$ 29 bilhões no final de maio. A dívida externa de curto prazo consiste principalmente em linhas de crédito comercial de responsabilidade quase exclusivamente do setor privado.

14. O Brasil continua a manter forte desempenho na área fiscal; em junho de 2001 o país cumpriu pelo 11º trimestre consecutivo as metas programadas no atual SBA para o resultado primário do setor público consolidado. O superávit primário acumulado do setor público consolidado atingiu R\$ 30 4 bilhões em junho R\$ 8 9 bilhões (cerca de 0 8% do PIB anual estimado) acima da meta programada para o fim de junho. No entanto refletindo principalmente a maior depreciação da taxa de câmbio as necessidades de financiamento do setor público acumuladas atingiram 4 9% do PIB do período (R\$ 28 8 bilhões) em junho contra 3 1% do PIB no mesmo período de 2000. Refletindo o aumento das necessidades de financiamento do setor público a relação da dívida pública líquida aumentou de 49 3% do PIB no fim de 2000 para 51 3% do PIB no fim de junho. Como resultado da maior depreciação da taxa de câmbio as metas indicativas para a dívida pública líquida ao final de março e ao final de junho não foram cumpridas por pequenas margens.

15. Os resultados fiscais de todos os níveis de governo têm sido bons. No semestre de janeiro a junho de 2001 o superávit primário do governo central atingiu 3 2% do PIB do período refletindo a continuada contenção das despesas. Os estados e municípios registraram um superávit primário equivalente a 1 1% do PIB do período no mesmo semestre (os municípios responderam por 0 4% do PIB do período) cumprindo as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos contratos de reescalonamento da dívida firmados com o Tesouro Nacional. O superávit primário das empresas públicas equivalente a 0 7% do PIB do período em janeiro-junho de 2001 traduz não somente o

impacto favorável da maior depreciação da taxa de câmbio nos lucros da Petrobrás (a empresa petrolífera federal) e de Itaipu (a hidrelétrica binacional) mas também o forte desempenho de outras empresas públicas de todos os níveis de governo.

16. As ações do governo na área de gestão da dívida pública continuaram a alongar os vencimentos e aumentar a duração. O prazo médio de vencimento da dívida federal securitizada colocada em leilões competitivos aumentou de 15 8 meses no fim de 2000 para 22 0 meses no fim de junho de 2001 (de 29 9 meses para 35 2 meses no caso do total da dívida federal securitizada); a duração média aumentou de 6 3 meses para 9 7 meses no mesmo período. Entretanto devido ao aumento da volatilidade do mercado o governo não conseguiu reduzir ainda mais a proporção da dívida com indexação cambial nem aumentar a proporção dos instrumentos prefixados. Até o fim de junho a participação da dívida com indexação cambial aumentou para 26 4% do total da dívida federal securitizada contra 21 6% em janeiro e a proporção dos instrumentos de rentabilidade fixa declinou dos 16 0% registrados em janeiro para 10 9%.

17. Diante de taxas de inflação acima do esperado o Banco Central tomou uma série de medidas destinadas a evitar os efeitos secundários dos choques de oferta sobre os preços e assim a garantir que a inflação voltasse à trajetória de suas metas. Em particular o BCB decidiu apertar a política monetária aumentando gradualmente a SELIC (taxa anualizada de juros no over) em 375 pontos-base de março a julho inclusive. Além disso o BCB adotou uma orientação mais pró-ativa no mercado cambial. Nesse sentido no princípio de julho o BCB anunciou sua intenção de realizar pequenas vendas periódicas de dólares americanos no mercado a vista totalizando US\$ 6 bilhões até o fim do ano. O BCB reservará a circunstâncias extraordinárias aumentos do estoque existente de bônus indexados ao dólar. Em apoio a essas medidas o governo anunciou também que o Tesouro Nacional estava suspendendo temporariamente suas compras regulares de US\$ 100 milhões ao mês no mercado a vista de câmbio.

18. Como resultado da política monetária mais restritiva a média das taxas ativas anualizadas de juros praticadas pelo sistema bancário aumentou de 51% em dezembro de 2000 para 55% em junho de 2001 (embora as taxas cobradas das empresas tenham caído de 45% para 38%) refletindo tanto o aumento do custo de captação de recursos dos bancos como o aumento das margens médias cobradas pelos empréstimos bancários. O BCB continuará trabalhando no sentido de reduzir o spread bancário. Para que esse spread possa ser reduzido de maneira significativa entretanto será preciso rever os procedimentos de falência bem como converter em lei as medidas provisórias recentes que introduziram instrumentos de crédito mais eficientes para facilitar a colateralização de empréstimos. O crédito continuou a se expandir embora a um ritmo mais lento do que no início do ano devido em parte ao aumento das taxas ativas dos bancos que reduziram especialmente a expansão do crédito livre. O total do crédito bancário aumentou 16% nos 12 meses findos em maio de 2001 com o crédito à pessoa física representando a maior parte do crescimento. As taxas de crescimento mensal do crédito livre declinaram significativamente desde o início do ano.

19. Os indicadores prudenciais se mantiveram relativamente estáveis. A proporção de créditos vencidos há mais de 180 dias manteve-se praticamente estável em 5 4% em maio de 2001. O total das provisões bancárias acumulou mais de R\$ 23 2 bilhões no fim de maio de 2001 satisfazendo plenamente os requisitos mínimos de provisionamento.

20. O governo continuou a fazer grandes progressos no fortalecimento do sistema financeiro brasileiro. Depois da realização pelo BCB de inspeções gerais consolidadas dos quatro maiores bancos federais — Banco do Brasil (BB) Caixa Econômica Federal (CEF) Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA) — o governo anunciou em fins de junho um abrangente plano de reestruturação para essas instituições. Esse plano envolve a recapitalização das entidades por meio de um conjunto de medidas entre elas a troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por títulos públicos negociáveis com liquidez e capitalização explícita de todos os bancos (menos o BB) e a troca de bônus Brady brasileiros da carteira do BB por títulos públicos internos. A troca de títulos não terá impacto imediato na dívida líquida do setor público mas a capitalização da CEF (R\$ 9 3 bilhões) do BNB (R\$ 2 1 bilhões) e do BASA (R\$ 1 1 bilhão) aumentará a dívida líquida do setor público em R\$ 12 5 bilhões (1% do PIB). A reestruturação que deverá estar

concluída até o fim de 2001 não afetará o superávit primário do governo central porém o aumento da dívida líquida do setor público representará um aumento dos gastos do governo com juros. É possível que também existam custos fiscais futuros limitados na medida em que não se consiga recuperar o valor integral dos ativos transferidos pelos bancos, e evitar a acumulação de responsabilidades para o futuro os subsídios implícitos embutidos nas novas operações de crédito dirigido desses bancos — destinadas principalmente a projetos de alto retorno social nas áreas de habitação saneamento e agricultura — passarão a ser inscritos no orçamento da União. Em conjunto essas medidas permitirão aos bancos federais satisfazer os novos critérios de adequação de capital da Basileia bem como os requisitos prudenciais mais estritos impostos recentemente pelo BCB. Uma série de medidas está sendo introduzida para melhorar a governança dos bancos federais; a maior parte delas envolvendo a aplicação a esses bancos da mesma regulamentação mais rígida que já se aplica aos bancos privados. Além disso o BCB monitorará atentamente a implementação dos mecanismos de controles internos nos bancos federais.

21. Outra operação financeira realizada com vistas a aumentar a transparência foi a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei que determina as condições de financiamento da recapitalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no montante de R\$ 40 bilhões decorrente de decisão judicial que declarou insuficiente a correção monetária dos saldos individuais do FGTS em dois dos planos de estabilização anteriores a 1994. A recapitalização ocorrerá em etapas entre 2002 e 2007; os empregadores contribuirão com R\$ 16 bilhões o próprio FGTS com R\$ 14 bilhões os empregados com R\$ 4 bilhões e o Tesouro Nacional com R\$ 6 bilhões.

22. A despeito do clima econômico adverso o governo deu continuidade a importantes reformas estruturais. Em abril o Congresso Nacional aprovou dois dos três projetos de lei até então pendentes para a reforma dos fundos complementares de pensão. Essa legislação definiu mais claramente o quadro regulatório desses fundos e a relação fiduciária entre os diversos níveis de governo e os fundos de pensão com relação aos funcionários públicos. Um resultado relevante foi a instituição de portabilidade das contribuições dos trabalhadores do setor privado entre diferentes fundos. O governo também continuou a implementar seu programa de privatização e realizou leilões bem sucedidos de licenças de prospecção de petróleo concessões de usinas hidrelétricas e concessões de duas das três bandas de telefonia móvel a serem vendidas no corrente ano. Além disso em julho o BCB vendeu em leilão a petroquímica Copene por R\$ 785 milhões como parte do processo de liquidação de um banco privado falido.

Políticas e Perspectivas para o Restante de 2001 e para 2002

23. A política econômica do governo para 2001 e 2002 continua a promover níveis sustentáveis de crescimento econômico e de emprego num contexto de baixa inflação visando melhorar o padrão de vida especialmente para a população de renda mais baixa. A busca desses objetivos no atual contexto internacional adverso e sujeito a choques exige uma gestão firme porém flexível das políticas macroeconômicas e um compromisso constante com as reformas estruturais e institucionais. Tais ações por sua vez deverão facilitar o fortalecimento da confiança dos mercados e o financiamento tranquilo do déficit em transações correntes.

24. Para garantir que a dinâmica da dívida permaneça sob controle uma política fiscal ainda mais austera está sendo adotada; assim a meta do resultado primário do setor público consolidado aumentou para 3,35% do PIB em 2001 (contra os 3% originalmente estabelecidos) e para 3,5% em 2002 (contra os 2,7% originais). Além disso as metas indicativas para o superávit primário em 2003 e 2004 foram elevadas para 3,5% do PIB contrastando com a tendência decrescente das metas originais que partia de 2,5% do PIB em 2003. As metas fiscais do governo central serão modificadas de maneira coerente com estas metas revistas para 2002-2004 por meio de alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A consecução destes níveis de superávit primário no período 2001-2004 deverá possibilitar uma queda gradual da dívida pública líquida relativamente ao PIB.

25. No contexto do regime de livre flutuação da taxa de câmbio a política monetária objetiva reduzir a taxa de inflação ao consumidor (variação do IPCA) em linha com as metas estabelecidas para 2001-2003. A agenda de reformas estruturais continuará a dar

prioridade à execução das reformas fiscais restantes ao fortalecimento das instituições monetárias e financeiras à melhoria da governança das empresas e ao aperfeiçoamento do quadro regulatório que rege o investimento privado. O governo também continuará a implementar o programa de privatização e a reforçar os programas sociais dirigidos .

26. Essas políticas facilitarão a consecução do nível projetado de crescimento real do PIB na faixa de 2 2-2 7% no corrente ano o qual devido ao ambiente externo adverso e à crise energética interna é inferior aos 4 5% projetados anteriormente (1) . Projeta-se que o crescimento da economia em 2001 deverá ser liderado pelo setor agropecuário e pela atividade industrial (apesar da desaceleração prevista para o segundo semestre do ano neste setor) mantendo-se o bom desempenho do setor de serviços. Prevê-se para 2002 uma aceleração do crescimento para cerca de 3 5%. Os ganhos de produtividade previstos para ambos os anos permitiriam a moderação continuada dos custos unitários do trabalho mantendo uma margem para a recuperação continuada dos salários reais.

27. Projeta-se que — a despeito da contração da demanda externa — o volume das exportações aumentará 9 6% devido em parte à desvalorização do real. A participação relativa dos exportadores no mercado mundial deverá aumentar como resultado de ganhos adicionais de competitividade e dos constantes esforços para facilitar o acesso das empresas brasileiras aos mercados externos. O volume das importações também deverá continuar em ascensão em 2001 em cerca de 11 0% — embora a um ritmo mais lento no segundo semestre em consequência da desaceleração da atividade econômica e da desvalorização da moeda nacional. Os termos de troca deverão melhorar ligeiramente refletindo a queda dos preços das importações. O saldo global da balança comercial em dólares poderá registrar um pequeno déficit em 2001 semelhante ao de 2000. O déficit em conta corrente provavelmente aumentará de US\$ 24 6 bilhões em 2000 para cerca de US\$ 26 bilhões em 2001. O investimento direto estrangeiro (IDE) deverá cobrir mais de 80% do déficit em conta corrente apesar da redução esperada em consequência do arrefecimento da economia mundial e dos choques internos.

28. Os demais fluxos líquidos de capitais deverão manter-se positivos com fluxos líquidos positivos de investimentos em carteira e empréstimos junto às organizações multilaterais mais do que compensando as saídas líquidas de capitais de curto prazo. O saldo global do balanço de pagamentos deverá registrar um pequeno déficit em 2001 da ordem de US\$ 1 8 bilhão a ser coberto pela redução das reservas internacionais líquidas (RIL). Apesar disso projeta-se que as RIL chegarão a quase US\$ 28 bilhões nível superior ao piso de US\$ 20 bilhões proposto para o novo SBA no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo .

29. De acordo com as projeções o déficit da conta corrente diminuirá para US\$ 24 5 bilhões em 2002 devido principalmente à melhoria da balança comercial à medida que os efeitos da desvalorização real recente se cristalizem. A balança comercial apresentará superávit da ordem de US\$ 2 bilhões comparado com o modesto déficit previsto para 2001. As exportações crescerão cerca de 10% em volume ou seja aproximadamente ao mesmo ritmo que em 2001. Já as importações crescerão menos de 7% — bem mais lentamente que em 2001 — refletindo a desvalorização do real. Os termos de troca continuarão a apresentar ligeira melhoria devido ao aumento dos preços das exportações. O investimento direto estrangeiro apresentará uma pequena diminuição — porém sem se afastar significativamente da tendência de longo prazo — e deverá cobrir cerca de 70% do déficit em conta corrente. O investimento em carteira e outros fluxos de capitais serão ligeiramente positivos sem grande divergência com relação aos de 2001. Ainda segundo as projeções o balanço de pagamentos global apresentará um pequeno déficit da ordem de US\$ 1 4 bilhão que resultará numa ligeira redução das RIL para cerca de US\$ 27 bilhões.

30. Para que se possam atingir as novas metas fiscais fixadas para o governo central em 2001 e 2002 será preciso continuar a exercer moderação das despesas embora protegendo os gastos com programas sociais prioritários. A política fiscal será formulada nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O governo continuará a acompanhar atentamente a evolução das receitas e o desempenho das empresas públicas e dos governos regionais durante o ano e estará disposto a ajustar os limites de despesas para garantir o cumprimento da meta revista para o superávit primário do setor público consolidado de pelo menos 3 35% do PIB em 2001 e 3 50% do PIB em 2002.

31. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos contratos de reescalonamento da dívida firmados com o Tesouro Nacional os estados e municípios deverão também continuar a consolidar suas finanças em 2001 e 2002 registrando superávit primário da ordem de 0 8% do PIB no corrente ano e de 0 6% do PIB no ano vindouro. Alguns estados também continuarão a avançar no processo de privatização das empresas estaduais. O superávit primário das empresas públicas em 2001 está projetado em 0 7% do PIB pois o aumento dos gastos de investimento na ampliação da capacidade de geração de energia elétrica e a queda das receitas da venda de eletricidade seriam compensados principalmente pelo aumento das receitas da Petrobrás e da Itaipu em grande parte decorrente da maior desvalorização da taxa de câmbio. Nos termos da regulamentação em vigor nos meses restantes de 2001 os preços internos dos derivados do petróleo serão ajustados em função da variação das cotações desses produtos no mercado internacional e da taxa de câmbio prevendo-se para 2002 a plena liberação dos preços dos derivados no mercado interno. Para 2002 projeta-se que as empresas públicas atingirão um superávit primário equivalente a 0 6% do PIB.

32. Em termos globais e mantidas as políticas atuais projeta-se que as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) aumentarão para cerca de 6 0% do PIB este ano contra 4 5% em 2000 e que a dívida pública líquida aumentará este ano para cerca de 54% do PIB levando-se em conta as receitas de privatização e a securitização planejada de obrigações não registradas conforme se descreve no Memorando Técnico de Entendimento (TEM) em anexo. Para 2002 projeta-se que as NFSP declinarão para cerca de 3 7% do PIB e que a dívida pública líquida cairá ligeiramente para pouco menos de 54% do PIB.

33. O governo dará prosseguimento aos seus esforços para aumentar a proporção de instrumentos pré-fixados na dívida federal interna securitizada prefixada e a alongar os prazos médios de vencimento. Continuará também a tentar melhorar ainda mais a estrutura da dívida federal externa aumentando sua duração suavizando o perfil de amortização e diversificando a composição de moedas. Metas indicativas trimestrais para a dívida líquida do setor público consolidado são apresentadas no MTE anexo.

34. O governo permanece plenamente comprometido com o objetivo de dar continuidade às reformas fiscais no decorrer de 2001 e nos anos subseqüentes. Continuará a persistir no seu propósito de obter a aprovação do Congresso Nacional para a última proposta de lei sobre a reforma dos fundos de pensão e para a instituição da contribuição previdenciária para os funcionários públicos aposentados. Também tentará avançar na reforma da tributação indireta por meio de emendas constitucionais para uniformizar o ICMS (o imposto estadual sobre o valor adicionado) e até princípios de 2002 (para quando se prevê a liberação total do mercado interno de derivados do petróleo) estabelecer um regime explícito de tributação dos derivados de petróleo no mercado interno em substituição à tributação implícita consubstanciada na conta petróleo. Além disso o governo introduziu legislação para reformar o mecanismo de ressarcimento dos impostos indiretos PIS e COFINS com vistas a reduzir o efeito cascata e eliminar o viés implícito desses impostos contra as exportações. O governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que prorrogará o prazo de vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de junho de 2002 quando expira a atual legislação até o final de 2004 e continua a estudar meios de evitar ou reduzir o impacto negativo da CPMF nos mercados de capitais. Além disso propostas de lei definindo as jurisdições competentes sobre as empresas municipais de água e saneamento prepararão o caminho para investimentos nesse setor e para a privatização de algumas dessas empresas. Finalmente o governo pretende solicitar assistência técnica ao Departamento de Finanças Públicas do FMI para a consideração de reformas do regime de tributação indireta capazes de melhorar sua eficiência sem afetar a sustentabilidade das contas fiscais a médio prazo. No contexto da elaboração do Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) uma missão sobre transparência fiscal está programada para setembro próximo.

35. A política monetária continuará a ser formulada no contexto do regime de metas de inflação. No programa a projeção central estabelecida no mecanismo de consulta sobre inflação foi fixada em 6% em setembro (com uma banda de 4% a 8%) comparada com o ponto central de 4 1% em setembro no SBA ora vigente levando em consideração os vários choques que elevaram as taxas de inflação acima do esperado para este ano. Para o fim de

2001 a projeção central do programa foi fixada em 5,8% dentro da margem de tolerância em torno da meta central de 4% estabelecida no regime de metas de inflação. As bandas trimestrais para o fim de março de junho e de setembro de 2002 estão indicadas no MTE em anexo. Essas bandas são compatíveis com a meta central de inflação de 3,5% no fim de 2002 que foi fixada pelo governo no quadro vigente do regime de metas de inflação. Além disso as projeções centrais foram definidas de maneira prospectiva incorporando não somente informações sobre a evolução prevista dos preços administrados como também os efeitos sazonais. As perspectivas de inflação serão um dos aspectos considerados nas avaliações trimestrais do programa. O BCB também dará continuidade aos intercâmbios periódicos de informações com o corpo técnico do FMI sobre a evolução da política monetária. Para ajudar a orientar as expectativas inflacionárias a médio prazo e de acordo com a regulamentação em vigor em junho o governo fixou a meta de inflação para 2003 em 3,25% com uma margem de tolerância de +/- 2 pontos de porcentagem.

36. O governo está formulando proposta de legislação para reforçar a supervisão do mercado de capitais por meio da unificação e fortalecimento de diversas entidades regulatórias que atuam nessa área. Também continuará a colaborar estreitamente com o Congresso com vistas à aprovação do projeto de lei que altera a Lei das Sociedades Anônimas destinado a melhorar a transparência e a governança nessas empresas bem como de uma nova lei de falência. O BCB pretende tomar medidas adicionais (detalhadas no MTE anexo) para reforçar o quadro regulatório do sistema bancário e seu próprio sistema de supervisão à distância. Também estão sendo consideradas reformas do sistema de financiamento imobiliário que proporcionariam maior proteção aos compradores da casa própria. Além disso o governo pretende participar do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) dando prosseguimento à avaliação da observância dos princípios fundamentais de Basiléia já realizada com a assistência do FMI e do Banco Mundial. O governo está também empenhado em formular medidas para eliminar gradualmente as diferenças remanescentes entre as normas de contabilidade internacionalmente aceitas e as normas hoje em uso no Brasil.

37. A promoção de maior integração regional e coordenação de políticas no Mercosul permanece em lugar de destaque na agenda de políticas do governo que continua empenhado em resolver as dificuldades surgidas recentemente entre os países membros a respeito da Tarifa Externa Comum. O Brasil também mantém seu compromisso para com a liberalização multilateral do comércio no contexto de negociações abrangentes que incluam o tema do comércio de produtos agrícolas. O governo é da opinião que aumentar o acesso dos exportadores brasileiros aos mercados internacionais é imprescindível para aumentar a exportação líquida e reforçar o saldo da conta corrente.

38. O Brasil vem obtendo progressos relevantes no aperfeiçoamento de sua base de dados estatísticos e subscreveu ao Padrão Especial para Divulgação de Dados (SDDS) a partir de 14 de março de 2001 tendo sido o primeiro país a aderir a esse sistema depois do encerramento do período de transição em dezembro de 1998. Prevê-se mais progresso no segundo semestre de 2001 especialmente na elaboração de contas nacionais trimestrais para os componentes da demanda agregada no desenvolvimento de um índice de preços ao produtor e na definição de agregados monetários que correspondam melhor à prática internacional conforme se detalha no MTE anexo.

39. Em resumo o bom desempenho do Brasil no âmbito do SBA contribuiu para consolidar a estabilidade econômica acelerar o crescimento e promover melhorias no bem-estar da população brasileira. Para resguardar e ampliar esses ganhos face à instabilidade do ambiente externo o governo está comprometido em empreender com o apoio renovado do FMI um programa que visa a continuidade da consolidação fiscal e das reformas estruturais. Além das medidas descritas neste MPE o governo está decidido a ajustar suas políticas na medida do necessário para garantir a consecução dos objetivos do programa e conta com a continuação do diálogo franco e construtivo que mantém com o FMI.

(1) Na formulação inicial o programa econômico previa crescimento de 2,7% em 2001. Depois da divulgação dos resultados preliminares do PIB do segundo trimestre pelas autoridades estatísticas a previsão de crescimento foi ajustada para a faixa de 2,2-2,7%.

O limite inferior desta projeção corresponde às expectativas do mercado segundo revela a pesquisa realizada pelo BCB em 20 de agosto de 2001.

Carta do Ministro da Fazenda ao Diretor-Geral do FMI (12.09.2001)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (12.09.2001)

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimte08.pdf>

12.09.2001

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos

(Vide arquivo “FMI – 2001-09 – fmimte08.pdf”)

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fminoac.asp>

Ajuste Fiscal

Exposição inicial do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, na entrevista coletiva à imprensa para anúncio do novo programa com o FMI

Brasília, 3 de agosto de 2001

Gostaria de mencionar quatro coisas nessa breve introdução. A primeira delas é por que tomamos a decisão de buscar um acordo com o Fundo Monetário Internacional. A segunda é por que fomos capazes de chegar a este entendimento em pouco menos de duas semanas. A terceira, quais são os benefícios para o país deste acordo. Vou falar um pouco sobre a percepção, a meu ver, equivocada de seus custos, que devem ser analisados sempre em relação a outros custos. E, por último, queria mencionar os principais elementos do acordo, sem entrar em detalhes.

Devo dizer que ontem cedo, pela manhã, telefonei ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lúcio Alcântara, ao Líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá, e ao Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arnaldo Madeira, a fim de nos oferecermos a ir ao Senado, e se for o caso à Câmara, para de maneira transparente apresentar e discutir, e ficaremos lá o tempo que for necessário, coisa que nunca nos faltamos a fazer, para explicar este acordo e seu significado para o país no momento presente.

Primeira observação, então: por que tomamos a decisão de buscar este acordo neste momento? São duas ordens de razão: primeiro, uma avaliação nossa de uma certa mudança do contexto internacional em relação às perspectivas que prevaleciam alguns meses atrás. Como vocês sabem, o acordo atualmente em vigor termina daqui a pouco mais de três meses. Avaliamos que era de nosso interesse antecipar esta discussão para agora, e mandamos uma delegação chefiada pelos doutores Amaury Bier e Guilherme Dias a Washington, para apresentar o programa com base no qual estamos buscando o apoio do Fundo e, obviamente, dos países, que são os principais acionistas do Fundo, como conseguimos.

Esta decisão teve motivação, portanto, no contexto internacional. Deixe-me dar alguns exemplos, só para situar este contexto. No ano passado, a economia norte-americana cresceu cerca de 5% em termos reais seu produto interno bruto. Este ano, a estimativa vem sendo revisada para baixo. Há poucos meses, era algo entre 2% e 2,5%, mais recentemente entre 1,25% e 2%, ponto médio em torno de 1,5%, 1,6%. Vale dizer, um terço do que cresceu no ano passado. É bem verdade que isto é visto como algo transitório, e as projeções para o ano que vem, 2002, a partir já do final deste ano, é de uma retomada do crescimento da economia norte-americana. Estima-se algo em torno de 2,9%, é a média das estimativas para o ano que vem dessa economia.

Na União Européia, que cresceu quase 3% no ano passado, a estimativa para este ano é de um crescimento no máximo de 2%. A média é 1,9% de crescimento do PIB para 2001. Se bem que também com umas projeções mais favoráveis para 2002, em torno de 2,4%. O Japão deve ter uma taxa de crescimento negativa este ano, ainda que pequena, em torno de menos 0,3%, e vocês viram que semana passada os preços de ativos na bolsa de Tóquio chegaram ao nível mais baixo dos últimos 15 ou 16 anos. Mas para o ano que vem espera-se uma recuperação e um crescimento perto de 1%.

O fato de a economia mundial ter essa revisão drástica para baixo em suas perspectivas de crescimento no ano de 2001, embora com possibilidade de recuperação em 2002, vale dizer um fenômeno mais temporário e transitório, teve efeito em um número expressivo de economias. Por exemplo, Singapura: a taxa de crescimento da produção industrial nos doze meses terminados em maio deste ano foi menos 10,9%. Taiwan: menos 11,3%, nos doze meses terminado em junho. Turquia: menos 9,7%, nos doze meses terminados em maio. Malásia: menos 3,7%. Hong Kong está estagnado. Argentina: menos 2,9% na produção industrial, nos doze meses terminados em junho. Vale dizer, é um contexto internacional mais adverso do que aquele com o qual se trabalhava meses atrás, com o qual vivamos 2000, onde a economia brasileira teve um excepcional desempenho, em condições de ser reeditado em 2001 e 2002, não fossem o contexto internacional mais adverso, a nossa crise de energia, que também é transitória e será superada, e as incertezas naturais conhecidas,